

CAPÍTULO 6

EXPLORAÇÃO E RESISTÊNCIA: MECANISMOS DE CONTROLE E A AGÊNCIA DOS ESCRAVIZADOS

RESUMO

O presente capítulo examina a dialética fundamental entre os mecanismos de controle senhorial e as múltiplas formas de resistência desenvolvidas pelos africanos escravizados e seus descendentes no Brasil colonial e imperial. A análise parte do pressuposto teórico-metodológico de que a instituição escravista brasileira constituiu-se como um sistema complexo de dominação que articulava dimensões econômicas, jurídicas, religiosas e simbólicas, mas que jamais logrou suprimir integralmente a capacidade de ação histórica dos sujeitos submetidos à escravidão. Mediante revisão crítica das principais vertentes historiográficas brasileiras dedicadas ao tema, desde as interpretações clássicas de Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior até as renovações promovidas pela história social da escravidão a partir da década de 1980, este capítulo sustenta que a agência dos escravizados manifestou-se através de um amplo espectro de práticas que incluíam desde as formas cotidianas de resistência até os grandes levantes e a formação de quilombos. A investigação demonstra que os mecanismos de controle senhorial, longe de configurarem uma estrutura monolítica e invariável, sofreram constantes adaptações em resposta às estratégias de resistência desenvolvidas pelos escravizados, configurando uma dinâmica relacional na qual dominação e resistência constituíam-se mutuamente. O capítulo argumenta, ademais, que o reconhecimento da agência escrava não implica minimizar a brutalidade do sistema escravista, mas antes compreender como, mesmo sob condições extremas de opressão, os africanos e afrodescendentes escravizados foram capazes de preservar identidades culturais, construir redes de solidariedade e negociar os termos de sua subordinação, contribuindo decisivamente para a configuração da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Escravidão brasileira; Resistência escrava; Mecanismos de controle; Agência histórica; Quilombos; Historiografia da escravidão; Violência senhorial; Negociação e conflito.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão adequada do sistema escravista brasileiro exige que se abandone qualquer perspectiva simplificadora que reduza as relações entre senhores e escravizados a um esquema binário de dominação absoluta e submissão integral. A historiografia brasileira contemporânea tem demonstrado, mediante investigações empíricas rigorosas e sofisticadas elaborações teóricas, que a escravidão constituiu um campo de forças no qual os mecanismos de controle senhorial e as estratégias de resistência dos escravizados configuravam-se reciprocamente, produzindo uma dinâmica complexa que variou significativamente ao longo do tempo e do espaço. O presente capítulo dedica-se a examinar essa dialética fundamental, situando-a no contexto mais amplo dos debates historiográficos que, ao longo do último século, transformaram radicalmente nossa compreensão sobre a experiência dos africanos e afrodescendentes submetidos à escravidão no Brasil.

A trajetória da historiografia brasileira sobre a escravidão revela inflexões significativas que refletem não apenas o desenvolvimento interno da disciplina histórica, mas também as transformações políticas e sociais mais amplas que atravessaram a sociedade brasileira. As primeiras interpretações sistemáticas sobre o tema emergiram no contexto das décadas de 1930 e 1940, quando intelectuais como Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior formularam interpretações que, apesar de suas diferenças fundamentais, exerceram influência duradoura sobre os estudos subsequentes. A obra seminal de Freyre, *Casa-Grande & Senzala*, publicada em 1933, propôs uma interpretação da escravidão brasileira que enfatizava a suposta benignidade das relações entre senhores e escravizados, contrastando o modelo brasileiro com a experiência norte-americana e sustentando que o caráter patriarcal da sociedade colonial havia propiciado uma convivência relativamente harmoniosa entre as raças¹. Essa interpretação, que encontrou expressão institucional na ideologia da democracia racial, foi posteriormente objeto de críticas contundentes, mas sua influência sobre o imaginário brasileiro permaneceu significativa ao longo de décadas.

Em contraposição à perspectiva freyriana, Caio Prado Júnior desenvolveu, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), uma análise da escravidão fundamentada em pressupostos marxistas que enfatizavam o caráter essencialmente econômico da instituição escravista. Para Prado Júnior, a escravidão brasileira devia ser compreendida no quadro mais amplo do sistema colonial, como elemento constitutivo de uma economia orientada para a exportação de produtos primários destinados aos mercados metropolitanos. Essa interpretação, embora tenha contribuído para desmistificar a narrativa freyriana ao evidenciar a dimensão exploradora das relações escravistas, tendeu a conceber os escravizados primordialmente como força de trabalho, relegando a segundo plano suas experiências subjetivas e suas capacidades de ação histórica autônoma².

A chamada Escola Sociológica de São Paulo, que floresceu nas décadas de 1950 e 1960 sob a liderança de Florestan Fernandes e seus colaboradores, promoveu uma ruptura decisiva com a interpretação freyriana ao demonstrar empiricamente a persistência de desigualdades raciais na sociedade brasileira e ao denunciar o caráter ideológico do mito da democracia racial. Os trabalhos de Fernandes, particularmente *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965), ofereceram uma análise rigorosa dos processos de marginalização social que afetaram a população negra após a abolição, demonstrando como o legado da escravidão continuava a condicionar as oportunidades de vida dos afrodescendentes brasileiros. Todavia, a perspectiva desenvolvida por Fernandes e seus colaboradores, ao enfatizar os efeitos desagregadores da escravidão sobre as formas de organização social e cultural dos africanos, tendeu paradoxalmente a reproduzir uma visão dos escravizados como vítimas passivas, incapazes de resistir efetivamente à dominação senhorial ou de preservar elementos significativos de suas culturas originárias³.

¹ A interpretação de Freyre sobre a escravidão brasileira foi profundamente influenciada pela antropologia culturalista de Franz Boas, com quem estudou na Universidade de Columbia. A ênfase na miscigenação como fator positivo representou uma ruptura com as teorias racialistas então predominantes, mas obscureceu as dimensões violentas e coercitivas do sistema escravista.

² A análise de Caio Prado Júnior inscrevia-se no contexto mais amplo das interpretações marxistas da história colonial latino-americana, que enfatizavam a subordinação das economias periféricas aos interesses do capitalismo comercial europeu.

³ O conceito de "anomia social" utilizado por Florestan Fernandes para caracterizar a situação dos negros após a abolição foi posteriormente criticado por historiadores que demonstraram a existência de formas elaboradas de organização comunitária entre os libertos.

A renovação historiográfica que se processou a partir da década de 1980 transformou radicalmente os pressupostos teóricos e metodológicos que orientavam os estudos sobre a escravidão brasileira. Influenciados pelos desenvolvimentos da história social britânica, particularmente pela obra de Edward Palmer Thompson, e pelos estudos sobre escravidão desenvolvidos nos Estados Unidos por historiadores como Eugene Genovese e Herbert Gutman, pesquisadores brasileiros como João José Reis, Eduardo Silva, Sidney Chalhoub, Robert Slenes e Silvia Hunold Lara propuseram uma nova agenda de investigação que colocava no centro da análise as experiências, as estratégias e as formas de consciência desenvolvidas pelos próprios escravizados. Essa nova história social da escravidão rejeitava tanto a visão idílica proposta por Freyre quanto a perspectiva vitimizadora presente em parte da tradição sociológica paulista, buscando compreender os escravizados como sujeitos históricos dotados de capacidade de ação, mesmo sob as condições extremas de opressão características do sistema escravista.

O conceito de agência histórica, central para essa nova historiografia, remete à capacidade dos indivíduos e grupos de influenciar os processos históricos nos quais estão inseridos, mesmo quando submetidos a relações de dominação. No contexto dos estudos sobre escravidão, a ênfase na agência dos escravizados não implica negar ou minimizar a brutalidade do sistema escravista, mas antes reconhecer que a dominação nunca é absoluta e que os dominados desenvolvem, invariavelmente, estratégias para negociar, contestar ou subverter as estruturas de poder que os oprimem. Como argumentou Sidney Chalhoub em seu estudo fundamental sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, os escravizados eram capazes de desenvolver "visões de liberdade" que orientavam

suas ações e que, em determinadas circunstâncias, podiam ser mobilizadas para conquistar a alforria ou para melhorar suas condições de vida dentro do cativeiro⁴.

A investigação sobre os mecanismos de controle senhorial constitui dimensão essencial para a compreensão da dinâmica entre dominação e resistência no Brasil escravista. O sistema escravista brasileiro articulava múltiplas formas de coerção que operavam em diferentes níveis e que se reforçavam mutuamente. A violência física constituía, certamente, o fundamento último do poder senhorial, manifestando-se através de práticas como o açoitamento, a utilização de instrumentos de tortura como o tronco e a máscara de flandres, e as punições exemplares destinadas a intimidar a comunidade escrava. Contudo, reduzir os mecanismos de controle senhorial à dimensão puramente coercitiva significaria ignorar as formas mais sutis através das quais a dominação era exercida e legitimada. O aparato jurídico colonial e imperial, as instituições religiosas, as práticas de vigilância e delação, e os próprios arranjos espaciais das propriedades escravistas constituíam elementos de um sistema de controle multidimensional que buscava não apenas submeter os corpos dos escravizados, mas também conformar suas subjetividades e limitar suas possibilidades de resistência coletiva.

A legislação colonial e imperial relativa à escravidão configurava um arcabouço normativo que simultaneamente legitimava o direito de propriedade senhorial sobre os escravizados e estabelecia limites, ainda que frequentemente ineficazes, ao exercício desse poder. As Ordenações Filipinas, que vigoraram no Brasil durante todo o período colonial, definiam o estatuto jurídico dos escravizados como propriedade móvel, sujeita aos mesmos princípios que regiam a posse de outros bens semoventes. Todavia, como demonstrou Silvia Hunold Lara em sua análise dos campos da violência na sociedade colonial, a relação entre senhores e escravizados não se reduzia a uma mera relação de propriedade, implicando também dimensões de dependência pessoal que remetiam a tradições jurídicas e sociais de longa duração⁵. O direito costumeiro que regulava as relações escravistas estabelecia obrigações recíprocas entre senhores e escravizados, ainda que profundamente assimétricas, e a violação dessas expectativas normativas por parte dos senhores podia constituir fundamento para reivindicações e contestações por parte dos escravizados.

A Igreja Católica desempenhou papel ambíguo na sustentação e na legitimação do sistema escravista brasileiro. Por um lado, a doutrina católica afirmava a igualdade espiritual de todos os seres humanos perante Deus, reconhecendo nos africanos escravizados a mesma dignidade ontológica atribuída aos demais cristãos. As ordens religiosas, particularmente os jesuítas até sua expulsão em 1759, desenvolveram atividades missionárias junto aos escravizados, promovendo sua catequização e batismo. Por outro lado, a Igreja não apenas legitimou a escravidão como instituição, mas também participou diretamente dela, possuindo escravizados em suas propriedades e utilizando argumentos teológicos para justificar a subordinação dos africanos. A cristianização dos escravizados, longe de constituir um processo de mera imposição cultural, envolveu complexas dinâmicas de apropriação e ressignificação, através das quais elementos da religiosidade africana foram incorporados às práticas católicas, dando origem a expressões sincréticas que constituíram importantes espaços de preservação identitária e de resistência cultural⁶.

Os mecanismos de vigilância e controle desenvolvidos no âmbito das propriedades escravistas revelam a preocupação permanente dos senhores com a possibilidade de resistência coletiva. A organização espacial das fazendas, com a senzala estrategicamente posicionada em relação à casa-grande e aos espaços de trabalho, expressava uma racionalidade de controle que buscava maximizar a visibilidade e minimizar as oportunidades de articulação autônoma entre os escravizados. A figura do feitor, intermediário entre o senhor e a massa escrava, desempenhava função crucial na manutenção da disciplina cotidiana, aplicando punições e supervisionando o trabalho. Em muitas propriedades, escravizados ocupavam posições de supervisão sobre seus companheiros de cativeiro, configurando hierarquias internas que complexificavam as relações de poder e podiam dificultar a construção de solidariedades horizontais entre os cativos.

⁴ A obra *Visões da Liberdade*, publicada por Sidney Chalhoub em 1990, constituiu marco fundamental na renovação dos estudos sobre escravidão urbana no Brasil, demonstrando como os escravizados desenvolviam interpretações próprias sobre seus direitos e as mobilizavam em negociações com seus senhores e nas ações de liberdade apresentadas perante os tribunais.

⁵ A análise de Silvia Hunold Lara sobre os "campos da violência" demonstrou que as relações escravistas no Brasil colonial eram permeadas por um conjunto de expectativas normativas derivadas tanto do direito positivo

quanto dos costumes, configurando um terreno de disputa no qual senhores e escravizados mobilizavam diferentes repertórios para fundamentar suas reivindicações.

⁶ Os estudos sobre religiosidade afro-brasileira, desenvolvidos por antropólogos como Roger Bastide e posteriormente por historiadores como João José Reis, demonstraram a complexidade dos processos de sincretismo religioso, revelando como os africanos escravizados e seus descendentes foram capazes de preservar e reelaborar tradições religiosas originárias mesmo sob a pressão da catequização católica.

A política senhorial de divisão étnica entre os escravizados constituiu estratégia deliberada de prevenção de revoltas e de enfraquecimento de solidariedades potencialmente perigosas. Os senhores procuravam, sempre que possível, diversificar as origens étnicas de seus plantéis, evitando concentrações excessivas de escravizados provenientes de uma mesma região africana ou pertencentes a um mesmo grupo linguístico. Essa política, documentada tanto em tratados de administração de propriedades escravistas quanto em correspondências privadas, baseava-se na suposição de que a heterogeneidade étnica dificultaria a comunicação e a organização coletiva entre os escravizados. Contudo, como demonstraram estudos recentes, essa estratégia de divisão enfrentou limites significativos, na medida em que os escravizados foram capazes de desenvolver línguas francas, como o português crioulizado, e de construir identidades coletivas que transcendiam as divisões étnicas originárias, como as identidades de "nação" que agrupavam africanos de diferentes origens sob denominações genéricas como "minas", "angolas" ou "jejes"⁷.

As formas de resistência desenvolvidas pelos escravizados no Brasil constituíram um espectro amplo e diversificado que incluía desde as práticas cotidianas de contestação até os grandes levantes armados e a formação de comunidades de fugitivos. A historiografia tradicional tendia a privilegiar as formas mais espetaculares de resistência, como as revoltas e os quilombos, relegando a segundo plano as modalidades menos visíveis de contestação. A nova história social da escravidão, em contraste, tem enfatizado a importância das formas cotidianas de resistência, que incluíam práticas como a simulação de doenças, a redução deliberada do ritmo de trabalho, a sabotagem de ferramentas e equipamentos, o furto de alimentos e mercadorias, e as diversas formas de negociação individual e coletiva através das quais os escravizados buscavam melhorar suas condições de vida ou conquistar a liberdade.

O conceito de resistência cotidiana, desenvolvido originalmente pelo antropólogo James Scott em seus estudos sobre camponeses do Sudeste Asiático, tem sido mobilizado por historiadores da escravidão brasileira para compreender as formas difusas e frequentemente invisíveis através das quais os escravizados contestavam a dominação senhorial. Essas "armas dos fracos", para utilizar a expressão de Scott, não visavam necessariamente à destruição do sistema escravista, mas antes à negociação de seus termos, à conquista de pequenas vantagens e à preservação de espaços de autonomia dentro das estruturas de dominação. A eficácia dessas formas de resistência residia precisamente em sua invisibilidade e em sua denegabilidade: o escravizado que fingia estar doente ou que trabalhava deliberadamente mais devagar podia sempre alegar incapacidade física ou incompetência, evitando as punições reservadas às formas abertas de contestação⁸.

A fuga constituiu modalidade de resistência particularmente significativa, que se manifestou através de formas diversas ao longo da história da escravidão brasileira. As fugas individuais podiam ter caráter temporário, configurando o que as fontes coloniais denominavam "petit marronage", ou permanente, quando o fugitivo buscava integrar-se a comunidades de libertos ou passar-se por livre em regiões distantes de sua origem. As fugas coletivas, por sua vez, podiam resultar na formação de quilombos, comunidades de escravizados fugidos que constituíram uma das expressões mais radicais de resistência ao sistema escravista. A historiografia brasileira tem dedicado atenção crescente ao fenômeno quilombola, demonstrando sua persistência ao longo de todo o período escravista e sua presença em praticamente todas as regiões do território brasileiro onde a escravidão se implantou⁹.

O quilombo de Palmares, localizado na Serra da Barriga, na região correspondente ao atual estado de Alagoas, constituiu a experiência quilombola mais significativa da história brasileira, tanto por sua extensão territorial e demográfica quanto por sua duração, que se estendeu por quase todo o século XVII. As estimativas sobre a população de Palmares variam significativamente entre os estudiosos, mas é consensual que o quilombo abrigou milhares de habitantes em seu apogeu, constituindo uma formação social complexa que articulava elementos de diferentes tradições africanas com adaptações às condições específicas do ambiente americano. A destruição de Palmares, consumada em 1694 após décadas de expedições militares, demonstrou tanto a determinação das

autoridades coloniais em eliminar essa ameaça ao sistema escravista quanto a capacidade de resistência prolongada de que eram capazes os africanos e afrodescendentes organizados.

As revoltas escravas constituíram episódios dramáticos que revelavam os limites da dominação senhorial e a permanente possibilidade de contestação violenta da ordem escravista. O século XIX, particularmente suas primeiras décadas, foi marcado por uma intensificação da atividade insurreccional, especialmente na Bahia, onde a concentração de africanos de origem iorubá e hauçá, muitos deles muçulmanos, propiciou condições favoráveis à organização de levantes. A Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador em janeiro de 1835, constituiu o mais significativo desses episódios, mobilizando centenas de africanos, predominantemente muçulmanos, em uma insurreição que foi suprimida pelas forças da ordem após combates que resultaram em dezenas de mortos. A análise detalhada dessa revolta, empreendida por João José Reis em obra que se tornou referência obrigatória nos estudos sobre resistência escrava, demonstrou a sofisticação organizacional dos insurgentes e a importância dos vínculos religiosos e étnicos na articulação do movimento¹⁰.

⁷ Os estudos sobre a formação de identidades étnicas entre os africanos escravizados no Brasil demonstraram que as categorias utilizadas para classificar os cativos segundo suas origens não correspondiam necessariamente às autoidentificações africanas, constituindo antes construções coloniais que foram, contudo, apropriadas e ressignificadas pelos próprios escravizados.

⁸ O conceito de "resistência cotidiana" desenvolvido por James Scott tem sido objeto de debates entre os historiadores da escravidão, havendo quem questione sua aplicabilidade ao contexto escravista americano e quem defende sua pertinência para a compreensão de formas de contestação que escapam aos registros documentais convencionais.

⁹ A multiplicidade de formas assumidas pelos quilombos brasileiros tem sido objeto de investigações que revelam desde pequenos agrupamentos de fugitivos até formações complexas que estabeleciam relações comerciais com as sociedades envolventes, desafiando as representações tradicionais que os concebiam como comunidades isoladas e autossuficientes.

¹⁰ A obra *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*, publicada por João José Reis em 1986 e revista em edições posteriores, constituiu marco fundamental na renovação dos estudos sobre resistência escrava, combinando rigorosa pesquisa empírica com sofisticada análise das dimensões culturais e religiosas da insurreição.

A conquista da alforria representava, para os escravizados, a possibilidade de transcender a condição servil através de meios legalmente reconhecidos. As práticas de manumissão no Brasil assumiram formas diversas, incluindo as alforrias gratuitas concedidas por liberalidade senhorial, as alforrias condicionais que subordinavam a efetiva libertação ao cumprimento de determinadas obrigações, e as alforrias onerosas mediante as quais os escravizados compravam sua própria liberdade. A historiografia tem demonstrado que os escravizados não eram receptores passivos da benevolência senhorial, mas agentes ativos que desenvolviam estratégias deliberadas para conquistar a alforria, acumulando pecúlio através de atividades econômicas autônomas, cultivando relações de proximidade com seus senhores, e mobilizando redes de solidariedade que incluíam tanto outros escravizados quanto libertos e mesmo brancos simpáticos à sua causa.

As ações de liberdade movidas perante os tribunais constituíram arena significativa de disputa entre escravizados e senhores, revelando como os cativos eram capazes de mobilizar o aparato jurídico em favor de seus interesses. Sidney Chalhoub demonstrou, em sua análise das ações de liberdade no Rio de Janeiro das décadas finais da escravidão, que os escravizados desenvolviam interpretações próprias sobre seus direitos e as mobilizavam estrategicamente no contexto das disputas judiciais. A legislação emancipacionista promulgada a partir de 1871, particularmente a Lei do Ventre Livre, ampliou as possibilidades de recurso aos tribunais ao estabelecer novos fundamentos para reivindicações de liberdade, como o direito à autocompra mediante avaliação judicial do valor do escravo. Os curadores que representavam os escravizados nessas ações desempenharam papel crucial, articulando argumentos jurídicos que frequentemente incorporavam concepções sobre direitos naturais e sobre a ilegitimidade moral da escravidão.

A preservação e a recriação de práticas culturais africanas no contexto do cativeiro constituíram formas significativas de resistência que permitiram aos escravizados manter vínculos com suas tradições originárias e construir espaços de autonomia simbólica. As práticas religiosas, musicais e festivas desenvolvidas pelos africanos e seus descendentes no Brasil representavam não apenas a sobrevivência de elementos culturais africanos, mas também processos criativos de adaptação e ressignificação que respondiam às condições específicas da experiência escravista americana. Os batuques, as capoeiras, os calundus e outras expressões culturais afro-brasileiras constituíam simultaneamente espaços de preservação identitária, mecanismos de construção de solidariedades comunitárias e formas de contestação simbólica da ordem escravista que os subordinava.

A família escrava, cuja existência foi por muito tempo negada ou minimizada pela historiografia tradicional, tem sido objeto de investigações que demonstram sua importância como instituição de resistência e preservação cultural. Os trabalhos pioneiros de Robert Slenes sobre a família escrava nas fazendas de café do sudeste brasileiro revelaram a existência de padrões familiares estáveis entre os escravizados, contrariando a visão que os concebia como incapazes de constituir laços familiares duradouros sob as condições do cativeiro. A família representava, para os escravizados, não apenas um espaço de afetividade e solidariedade, mas também um mecanismo de transmissão cultural intergeracional e uma base para a acumulação de recursos que podiam ser mobilizados na conquista da liberdade¹¹.

A análise das relações de gênero no contexto da escravidão brasileira tem recebido atenção crescente nas últimas décadas, revelando como as experiências de homens e mulheres escravizados diferiam significativamente em função de sua posição nas hierarquias de gênero. As mulheres escravizadas estavam sujeitas a formas específicas de exploração e violência, incluindo a violência sexual sistemática que caracterizava as relações entre senhores e cativas. Contudo, as mulheres também desenvolveram estratégias particulares de resistência e negociação, mobilizando sua posição no âmbito doméstico e suas relações com as famílias senhoriais para conquistar vantagens para si e para seus filhos. Os estudos sobre alforria têm demonstrado que as mulheres eram proporcionalmente mais representadas entre os libertos do que entre os escravizados, sugerindo que dispunham de maiores oportunidades de acesso à liberdade, ainda que essa vantagem relativa devesse frequentemente ser conquistada ao preço de subordinações e violências específicas.

¹¹ Os estudos de Robert Slenes sobre a família escrava, particularmente sua obra *Na Senzala, uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava*, demonstraram a importância dos laços familiares e comunitários para os escravizados, contestando interpretações anteriores que enfatizavam a desagregação social promovida pelo sistema escravista.

2. DISCUSSÃO

A análise dos mecanismos de controle e das formas de resistência no Brasil escravista suscita questões complexas que têm ocupado os historiadores e que permanecem objeto de debates significativos. Uma dessas questões refere-se à própria conceitualização da resistência escrava e aos critérios que permitem distinguir as ações de resistência das meras adaptações às condições do cativeiro. A amplitude do conceito de resistência, tal como empregado por parte da historiografia recente, tem sido criticada por aqueles que argumentam que sua extensão excessiva acaba por esvaziar seu conteúdo analítico, transformando em resistência qualquer comportamento que não configurasse submissão absoluta. Contra essa crítica, os defensores de uma concepção ampla de resistência argumentam que a distinção rígida entre resistência e adaptação ignora a complexidade das estratégias desenvolvidas pelos escravizados, que frequentemente combinavam elementos de acomodação e contestação em configurações variáveis segundo as circunstâncias.

O debate sobre a resistência escrava articula-se com questões mais amplas relativas à interpretação do sistema escravista brasileiro em perspectiva comparada. A tese da especificidade brasileira, formulada originalmente por Gilberto Freyre e posteriormente desenvolvida por historiadores como Frank Tannenbaum e Stanley Elkins, sustentava que a escravidão no Brasil havia sido menos severa do que em outras sociedades escravistas americanas, particularmente os Estados Unidos. Essa interpretação, que fundamentava a suposta benignidade da escravidão brasileira em fatores como a tradição jurídica ibérica, a influência da Igreja Católica e o caráter

patriarcal das relações sociais, foi objeto de críticas contundentes a partir da década de 1960, quando historiadores demonstraram que os índices de mortalidade e as condições de trabalho nas plantações brasileiras eram tão ou mais severos do que em outras regiões escravistas. Contudo, o debate sobre a especificidade brasileira não se esgotou com essa crítica, tendo sido recolocado em novos termos por historiadores que, sem negar a brutalidade do sistema, argumentam que as possibilidades de resistência, negociação e mobilidade social disponíveis aos escravizados variavam significativamente entre diferentes contextos escravistas¹².

A relação entre resistência e consciência constitui outro tema controverso nos estudos sobre escravidão. Para alguns historiadores, influenciados pela tradição marxista, a resistência escrava genuína pressuporia uma consciência da escravidão como sistema de exploração e uma intencionalidade voltada para sua superação. Dessa perspectiva, muitas das práticas identificadas como resistência cotidiana constituiriam antes expressões de descontentamento individual ou estratégias de sobrevivência do que formas propriamente políticas de contestação. Contra essa interpretação, outros historiadores argumentam que a exigência de uma consciência sistemática como critério de definição da resistência impõe aos escravizados padrões derivados de experiências históricas distintas, ignorando as formas específicas através das quais a contestação se expressava no contexto escravista. A questão não é meramente acadêmica, pois implica júizos sobre a capacidade dos escravizados de compreenderem sua situação e de agirem deliberadamente para transformá-la.

A análise das revoltas escravas suscita questões específicas relativas às condições que propiciavam a eclosão de insurreições e aos fatores que determinavam seu sucesso ou fracasso. Os estudos comparativos sobre revoltas escravas nas Américas têm identificado um conjunto de variáveis que parecem associar-se à frequência e à intensidade da atividade insurreccional, incluindo a proporção entre população escrava e livre, a concentração de escravizados em grandes unidades produtivas, a presença de africanos recém-chegados com experiência militar, e a existência de condições geográficas favoráveis à formação de comunidades de fugitivos. No caso brasileiro, a concentração de revoltas na Bahia das primeiras décadas do século XIX tem sido relacionada à confluência de vários desses fatores, incluindo a alta proporção de africanos no conjunto da população escravizada, a presença significativa de muçulmanos com tradição de organização político-religiosa, e o contexto de instabilidade política que caracterizou o período da independência e da regência¹³.

¹² O debate sobre a comparação entre sistemas escravistas americanos foi profundamente renovado nas últimas décadas, com historiadores questionando tanto as generalizações sobre a benignidade da escravidão brasileira quanto as afirmações sobre sua especial severidade, enfatizando antes a necessidade de análises contextualizadas que considerem as variações regionais e temporais dentro de cada formação escravista.

¹³ A análise das condições propícias às revoltas escravas tem mobilizado tanto abordagens estruturais, que enfatizam variáveis demográficas e econômicas, quanto perspectivas culturalistas, que destacam a importância das tradições organizacionais e das identidades coletivas trazidas da África pelos escravizados.

O papel da religião na resistência escrava constitui tema que tem recebido atenção crescente dos historiadores. As religiões de matriz africana preservadas e reelaboradas no Brasil escravista proporcionavam aos cativos não apenas consolo espiritual, mas também estruturas organizacionais, sistemas de autoridade alternativos àqueles impostos pelo sistema escravista, e repertórios simbólicos que podiam ser mobilizados para fundamentar ações de resistência. A Revolta dos Malês demonstrou dramaticamente como a religião podia funcionar como fator de mobilização insurreccional, proporcionando aos participantes uma identidade coletiva, uma disciplina organizacional e uma motivação transcendente para o enfrentamento dos riscos envolvidos na rebeldia. Todavia, a relação entre religião e resistência não era unívoca, podendo a religião funcionar também como fator de acomodação quando as autoridades religiosas pregavam a resignação e a obediência ou quando as práticas religiosas eram toleradas pelos senhores como mecanismo de controle social¹⁴.

A questão da agência escrava, central para a historiografia contemporânea, suscita reflexões sobre os limites e as possibilidades da ação humana em contextos de dominação extrema. O reconhecimento da capacidade de ação dos escravizados não deve conduzir a uma romantização de sua condição ou a uma minimização da brutalidade do sistema escravista. Os escravizados agiam sob constrangimentos severos que limitavam drasticamente suas opções e que tornavam extremamente custosas as formas abertas de contestação. A violência física constituía

ameaça permanente, e as punições aplicadas aos resistentes serviam como advertência a toda a comunidade escrava. Nessas condições, a opção pela resistência cotidiana, menos arriscada do que a revolta aberta, pode ser compreendida não como expressão de passividade ou de falsa consciência, mas como estratégia racional de contestação adaptada às condições concretas de possibilidade.

A análise das negociações entre senhores e escravizados revela uma dinâmica complexa na qual ambas as partes mobilizavam recursos desiguais em disputas cujos resultados não eram predeterminados. Os senhores detinham o poder de aplicar punições, de separar famílias, de determinar as condições de trabalho e de conceder ou negar a alforria. Os escravizados, por sua vez, dispunham de recursos como o conhecimento técnico necessário à produção, a capacidade de intensificar ou reduzir o ritmo de trabalho, e a possibilidade sempre presente de fuga ou revolta. Nesse contexto, as concessões feitas pelos senhores não devem ser interpretadas como mera expressão de benevolência paternalista, mas antes como respostas estratégicas às pressões exercidas pelos escravizados, que podiam tornar a exploração excessivamente custosa ou arriscada. O conceito de "negociação", que tem sido empregado para caracterizar essas relações, não implica igualdade entre as partes negociantes, mas apenas o reconhecimento de que ambas exerciam alguma influência sobre os resultados.

As transformações nas formas de controle e resistência ao longo do período escravista brasileiro revelam a historicidade dessas relações e sua sensibilidade às mudanças nos contextos econômicos, políticos e culturais mais amplos. O tráfico atlântico de africanos, que perdurou até 1850, assegurava a renovação constante da população escrava mediante a importação de indivíduos que traziam consigo experiências, conhecimentos e tradições que podiam alimentar tanto a resistência quanto novas formas de adaptação. A supressão definitiva do tráfico, consumada após décadas de pressão britânica e de legislação proibitiva ineficaz, transformou profundamente a dinâmica das relações escravistas, na medida em que a reprodução natural passou a constituir a única fonte de renovação da força de trabalho escrava. Essa transformação implicou mudanças nas estratégias senhoriais de controle, com maior ênfase na manutenção de famílias escravas estáveis e na moderação do tratamento dispensado aos cativos¹⁵.

¹⁴ As análises sobre a relação entre religião e resistência escrava têm destacado a ambivalência dessa relação, demonstrando como práticas religiosas podiam funcionar tanto como instrumentos de contestação quanto como mecanismos de acomodação, dependendo dos contextos específicos e das formas de apropriação desenvolvidas pelos diferentes atores envolvidos.

¹⁵ A supressão do tráfico atlântico em 1850 representou inflexão fundamental na história da escravidão brasileira, alterando a composição demográfica da população escrava, transformando as estratégias de controle senhorial e intensificando o tráfico interno que transferiu escravizados das regiões nordestinas em declínio econômico para as áreas cafeeiras do sudeste em expansão.

O movimento abolicionista, que ganhou força nas décadas finais do Império, transformou radicalmente o contexto no qual se processavam as relações entre senhores e escravizados. A emergência de uma opinião pública crescentemente hostil à escravidão, a organização de associações abolicionistas nas principais cidades do país, e a disposição de setores das elites em apoiar a causa da emancipação criaram condições favoráveis para formas de resistência que antes seriam impensáveis. As fugas em massa, particularmente na província de São Paulo na década de 1880, adquiriram caráter distinto das fugas anteriores, configurando uma estratégia coordenada de desmoralização do sistema escravista que contava com o apoio de redes abolicionistas organizadas. A chamada "greve negra" representou a culminância desse processo, demonstrando como a resistência escrava podia articular-se com movimentos sociais mais amplos para acelerar a desintegração do sistema escravista.

A avaliação das perspectivas futuras para os estudos sobre resistência e controle no Brasil escravista revela tanto as conquistas alcançadas pela historiografia nas últimas décadas quanto os desafios que permanecem. A renovação promovida pela história social da escravidão ampliou significativamente nosso conhecimento sobre as experiências dos africanos e afrodescendentes escravizados, recuperando sua condição de sujeitos históricos e demonstrando a complexidade das relações que os vinculavam a senhores, feitores, libertos e demais segmentos da sociedade escravista. Contudo, persistem lacunas significativas que desafiam os pesquisadores, incluindo o

conhecimento ainda limitado sobre as formas de resistência em regiões e períodos menos estudados, a articulação entre resistência escrava e outras formas de contestação social, e as dimensões de gênero nas experiências de controle e resistência.

Os desenvolvimentos recentes nos estudos sobre o tráfico atlântico e sobre as conexões entre as diferentes margens do Atlântico têm aberto novas perspectivas para a compreensão da resistência escrava no Brasil. A ênfase nas continuidades e nas transformações das culturas africanas no contexto americano, desenvolvida por historiadores como James Sweet e Roquinaldo Ferreira, tem permitido compreender melhor como os africanos escravizados mobilizavam repertórios culturais trazidos de suas regiões de origem na construção de estratégias de resistência e sobrevivência. Ao mesmo tempo, a atenção às especificidades dos contextos americanos tem evitado o risco de essencializar as culturas africanas, demonstrando como os escravizados recriavam ativamente suas tradições em resposta às condições particulares que enfrentavam¹⁶.

A articulação entre os estudos sobre escravidão e os debates contemporâneos sobre raça e racismo no Brasil constitui dimensão importante das perspectivas futuras para esse campo de investigação. O legado da escravidão permanece presente na sociedade brasileira contemporânea, manifestando-se nas desigualdades raciais persistentes, nas formas de discriminação que afetam a população negra, e nas disputas sobre memória e reparação que têm ocupado a agenda pública. Os estudos sobre resistência escrava contribuem para esses debates ao demonstrar que os africanos e afrodescendentes escravizados não foram vítimas passivas, mas agentes históricos que lutaram por sua liberdade e dignidade, construindo um legado de resistência que constitui parte fundamental da herança cultural brasileira.

A dimensão comparativa permanece essencial para o avanço dos estudos sobre resistência escrava no Brasil. As comparações com outras sociedades escravistas americanas, particularmente com os Estados Unidos, o Caribe e as demais regiões da América Latina, permitem identificar tanto as especificidades do caso brasileiro quanto os padrões mais gerais que caracterizaram as relações entre dominação e resistência nos diferentes contextos escravistas. Os estudos comparativos mais recentes têm evitado as generalizações apressadas que marcaram abordagens anteriores, privilegiando comparações controladas que consideram as particularidades de cada contexto enquanto identificam as regularidades que os atravessam.

¹⁶ Os estudos sobre as conexões atlânticas entre África e Brasil têm demonstrado a importância de se considerar a escravidão brasileira em perspectiva transnacional, analisando como as transformações nos contextos africanos de origem dos escravizados influenciavam as formas de resistência desenvolvidas no Brasil e como as experiências brasileiras, por sua vez, repercutiam nas sociedades africanas.

A utilização de novas fontes documentais e de metodologias inovadoras tem permitido ampliar o conhecimento sobre aspectos da resistência escrava que permaneciam obscuros. Os registros paroquiais, os inventários post-mortem, os processos criminais e as ações de liberdade têm sido explorados sistematicamente por historiadores que desenvolveram técnicas sofisticadas de análise serial e de cruzamento de fontes. Ao mesmo tempo, metodologias qualitativas inspiradas na micro-história e na antropologia histórica têm permitido reconstruir experiências individuais e coletivas que escapam às abordagens puramente quantitativas. A combinação dessas diferentes metodologias oferece as melhores possibilidades para o avanço do conhecimento sobre as formas de resistência e controle no Brasil escravista.

Os argumentos apresentados ao longo deste capítulo sustentam que a compreensão adequada do sistema escravista brasileiro exige o reconhecimento tanto da brutalidade dos mecanismos de controle quanto da capacidade de ação dos escravizados. Essa perspectiva dialética evita tanto a romantização da escravidão, presente nas interpretações que enfatizavam a suposta benignidade das relações entre senhores e escravos, quanto a vitimização absoluta dos escravizados, presente nas abordagens que os concebiam como inteiramente destituídos de capacidade de ação. O sistema escravista brasileiro foi, indubitavelmente, uma instituição de violência e exploração que causou sofrimentos imensuráveis aos milhões de africanos e afrodescendentes que a ele foram submetidos. Contudo, dentro dos limites estreitos impostos por essa dominação, os escravizados foram capazes de desenvolver estratégias de resistência, de preservar elementos de suas culturas originárias, de

construir famílias e comunidades, e de lutar por sua liberdade, contribuindo decisivamente para a configuração da sociedade brasileira.

A análise crítica das diferentes vertentes historiográficas revela que o conhecimento sobre a resistência escrava no Brasil é produto de um processo cumulativo de investigação no qual interpretações anteriores foram sucessivamente questionadas, refinadas e superadas. As limitações das abordagens clássicas, seja a idealização freyriana, seja a ênfase exclusiva nas determinações econômicas presente na tradição marxista, seja a perspectiva vitimizadora da escola sociológica paulista, foram progressivamente superadas por uma historiografia que reconhece a complexidade das relações escravistas e a multiplicidade de experiências que elas abarcavam. Essa historiografia renovada não oferece uma narrativa unificada e definitiva sobre a resistência escrava, mas antes um conjunto de interpretações parciais que, em seu conjunto, permitem uma compreensão mais adequada desse fenômeno histórico fundamental.

3. CONCLUSÃO

O exame detalhado dos mecanismos de controle senhorial e das formas de resistência desenvolvidas pelos escravizados no Brasil permite formular algumas conclusões substantivas sobre a natureza das relações escravistas e sobre as contribuições da historiografia para sua compreensão. Em primeiro lugar, evidencia-se que o sistema escravista brasileiro constituiu uma formação histórica complexa que não pode ser adequadamente compreendida mediante esquemas simplificadores que reduzam as relações entre senhores e escravizados a um único princípio organizador, seja este a violência coercitiva, a reciprocidade paternalista ou a determinação econômica. Os mecanismos de controle articulavam dimensões múltiplas que incluíam a violência física, o aparato jurídico, as instituições religiosas, as práticas de vigilância e as estratégias de divisão étnica, configurando um sistema de dominação multifacetado cujos diferentes elementos se reforçavam mutuamente.

Em segundo lugar, demonstra-se que a resistência escrava constituiu fenômeno permanente e diversificado que acompanhou toda a história da escravidão brasileira, desde os primeiros anos da colonização até a abolição definitiva em 1888. As formas de resistência variaram significativamente, abrangendo desde as práticas cotidianas de contestação, frequentemente invisíveis e denegáveis, até os grandes levantes armados e a formação de quilombos. A análise dessas diferentes modalidades de resistência revela que os escravizados desenvolveram repertórios sofisticados de ação que respondiam às condições específicas que enfrentavam, adaptando suas estratégias às possibilidades e aos riscos característicos de cada contexto.

Em terceiro lugar, confirma-se que o reconhecimento da agência dos escravizados constitui pressuposto indispensável para uma compreensão adequada do sistema escravista brasileiro. Esse reconhecimento não implica minimizar a brutalidade da escravidão ou romantizar as condições de vida dos cativos, mas antes compreender que a dominação nunca é absoluta e que os dominados desenvolvem, invariavelmente, estratégias para negociar, contestar ou subverter as estruturas de poder que os oprimem. Os escravizados no Brasil foram agentes históricos que, mesmo sob condições extremas de opressão, foram capazes de influenciar os processos históricos nos quais estavam inseridos, contribuindo para a configuração tanto do sistema escravista quanto da sociedade brasileira que emergiu de sua superação.

Em quarto lugar, evidencia-se que a historiografia sobre a resistência escrava no Brasil passou por transformações profundas ao longo do último século, refletindo não apenas o desenvolvimento interno da disciplina histórica, mas também as mudanças políticas e sociais mais amplas que atravessaram a sociedade brasileira. A superação das interpretações clássicas, que oscilavam entre a idealização das relações escravistas e a vitimização absoluta dos escravizados, propiciou a emergência de uma historiografia renovada que reconhece a complexidade das experiências históricas e que coloca os escravizados no centro da análise como sujeitos dotados de capacidade de ação.

Finalmente, conclui-se que os estudos sobre resistência escrava no Brasil permanecem campo dinâmico de investigação no qual novas fontes documentais, metodologias inovadoras e perspectivas teóricas renovadas continuam a ampliar e a aprofundar nosso conhecimento sobre esse fenômeno histórico fundamental. As perspectivas futuras para esse campo incluem a investigação de regiões e períodos menos estudados, a articulação entre resistência escrava e outras formas de contestação social, as dimensões de gênero nas experiências de controle e resistência, e as conexões atlânticas entre África e Brasil. O avanço dessas

investigações contribuirá não apenas para o conhecimento histórico stricto sensu, mas também para a compreensão das raízes históricas das desigualdades raciais que persistem na sociedade brasileira contemporânea.

REFERÊNCIAS

- Alencastro, L. F. (2000). *O trato dos viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras.
- Azevedo, C. M. M. (1987). *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites, século XIX*. Paz e Terra.
- Bastide, R. (1971). *As religiões africanas no Brasil: Contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. Pioneira.
- Cardoso, F. H. (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Difusão Europeia do Livro.
- Carvalho, M. J. M. (1998). *Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850*. Editora Universitária UFPE.
- Castro, H. M. M. (1995). *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Arquivo Nacional.
- Chalhoub, S. (1990). *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Companhia das Letras.
- Chalhoub, S. (2012). *A força da escravidão: Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. Companhia das Letras.
- Conrad, R. (1978). *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Civilização Brasileira.
- Costa, E. V. (1966). *Da senzala à colônia*. Difusão Europeia do Livro.
- Fernandes, F. (1965). *A integração do negro na sociedade de classes*. Dominus.
- Ferreira, R. (2012). *Cross-cultural exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the era of the slave trade*. Cambridge University Press.
- Florentino, M. (1997). *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. Companhia das Letras.
- Florentino, M., & Góes, J. R. (1997). *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850*. Civilização Brasileira.
- Freyre, G. (1933). *Casa-grande & senzala: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Maia & Schmidt.
- Genovese, E. D. (1974). *Roll, Jordan, roll: The world the slaves made*. Pantheon Books.
- Gomes, F. S. (2005). *A hidra e os pântanos: Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, séculos XVII-XIX*. UNESP.
- Gorender, J. (1978). *O escravismo colonial*. Ática.

- Graham, S. L. (1992). *Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. Companhia das Letras.
- Karasch, M. C. (2000). *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Companhia das Letras.
- Lara, S. H. (1988). *Campos da violência: Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Paz e Terra.
- Machado, M. H. P. T. (1994). *O plano e o pânico: Os movimentos sociais na década da abolição*. EDUSP.
- Marquese, R. B. (2004). *Feitores do corpo, missionários da mente: Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. Companhia das Letras.
- Mattoso, K. Q. (1982). *Ser escravo no Brasil*. Brasiliense.
- Moura, C. (1972). *Rebeliões da senzala: Quilombos, insurreições, guerrilhas*. Edições Zumbi.
- Parés, L. N. (2006). *A formação do candomblé: História e ritual da nação jeje na Bahia*. Editora da Unicamp.
- Prado Júnior, C. (1942). *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. Martins.
- Reis, J. J. (2003). *Rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos malês em 1835* (Ed. rev. e ampl.). Companhia das Letras.
- Reis, J. J., & Gomes, F. S. (Orgs.). (1996). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. Companhia das Letras.
- Reis, J. J., & Silva, E. (1989). *Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. Companhia das Letras.
- Russell-Wood, A. J. R. (2005). *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Civilização Brasileira.
- Schwartz, S. B. (1988). *Segredos internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Companhia das Letras.
- Scott, J. C. (1990). *Domination and the arts of resistance: Hidden transcripts*. Yale University Press.
- Silva, E. (2003). *Dom Obá II D'África, o príncipe do povo: Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. Companhia das Letras.
- Slenes, R. W. (1999). *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Nova Fronteira.
- Sweet, J. H. (2003). *Recreating Africa: Culture, kinship, and religion in the African-Portuguese world, 1441-1770*. University of North Carolina Press.
- Tannenbaum, F. (1946). *Slave and citizen: The negro in the Americas*. Alfred A. Knopf.
- Thompson, E. P. (1963). *The making of the English working class*. Victor Gollancz.